

ILHA DE MARAMBAIA – aos quilombolas o que é dos quilombolas

Fernanda Carneiro*

Ponham-se em alerta! A edição de 20 de maio do jornal *O Globo* sobre a disputa judicial entre a comunidade quilombola da ilha da Marambaia e a Marinha de Guerra do Brasil mais distorce a verdade do que esclarece. Aqui vão informações construídas na convivência e a partir do ponto de vista dos moradores da ilha que se auto-identificam como quilombolas e têm direitos constitucionais garantidos. A matéria serviu pra colocar o debate na praça.

A comunidade é constituída de homens e mulheres pescadores e roceiros, espalhados por nove praias da extensa ilha, que vivem uma situação quase absoluta de ausência de oportunidades de desenvolvimento humano. A ilha tem um relevo acidentado, sem condições de agricultura e moradia. Os ciclos de reprodução das espécies da mata atlântica alcançam área correspondente a 10 jardins botânicos preservados. Por quem? Por quem habita a ilha há mais de 150 anos. Mais um segmento negro do Brasil cujos passos vêm de longe...

Os passos da comunidade da Marambaia vêm de longe... Quem pode negar isso? A ilha foi entreposto de escravos desde 1856 e lá vivem descendentes dos escravos e ex-funcionários do Comendador Breves, o maior produtor de café do Império. A comunidade viveu até os anos 40 abandonada pela República, conservando sua fé e atividades de subsistência, mantidas pelos núcleos familiares com quase completa autonomia em relação ao continente. Apenas o peixe era vendido em Itacuruçá, após quatro horas de viagem em canoa, a remo, para trazer de lá o sal e o querosene, além de uma coisinha ou outra.

Em 1940, com Getúlio Vargas, a Escola Nacional de Pesca foi instalada. Os moradores guardam boas recordações da atenção pública da época – escolas profissionalizantes (só para homens), oferta de serviços para atender a alunos e professores, movimento de gente de fora. Mas os velhos moradores e suas famílias, longe do centro onde funcionava a Escola, seguiram suas vidas em regime de uso comum do território e casas de estuque. Alguns filhos estudaram, alguns pais trabalharam, mas a maioria compartilhava a terra e a pesca, fortalecendo seus laços de parentesco e vizinhanças, e suas tradições. A Escola entrou em decadência nos anos 60, e os militares chegaram para ficar.

Os mesmos militares implantaram na ilha uma base de adestramento, em 1971 - nos Anos de Chumbo - e o medo passou a ser um personagem da ilha. O Centro de Adestramento da Ilha, junto com seus recrutas, sob comando da Marinha, invadia quintais com seus “exercícios de sobrevivência na selva”, aplicava humilhações e disciplinamento dos costumes, derrubava casas e, se estas estavam em obra, os materiais adquiridos à custa de muito esforço eram perdidos. Novas construções para filhos recém-casados... Nem pensar. E bico calado! Muitos foram “empurrados” e até expulsos da ilha.

Mas fato consumado não é direito.

Em 1988, com a democratização do país, a Constituição Federal instituiu o termo “remanescentes de quilombo” que passou a ser uma referência atualizada para os negros que têm o sentimento de ser e de pertencer a um lugar e a um grupo específico. Ao tomar conhecimento desse debate, uma década depois, os moradores da Marambaia reconheceram-se como quilombolas. A Constituição garante, portanto, seu direito ao território comum, embora a Marinha, ignorando a história e o modo de vida da comunidade, busque “reintegração de posse” em ações individuais(1996-1998) contra moradores. A Marinha de Guerra do Brasil, e quem sabe, especuladores de plantão, não suportam que negros e pobres habitem uma área de mata atlântica e litoral preservados.

O cálculo da área reivindicada não é feito individualmente. A terra é coletiva. No entanto, querem empurrá-los para uma área precária do continente ou restringir seu direito de morada a lotes individuais, sem acesso pleno ao território de que dependem para viver, potencializando sua vulnerabilidade.

Os quilombolas resistiram e ainda persistem. São 281 famílias (INCRA, 2006). Fundaram sua ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DA ILHA DA MARAMBAIA - ARQIMAR (2003) – depois de buscar seus direitos e encontrar ouvidos e aliados em pastorais, universidades, ONGs e, finalmente, uma Ação Civil Pública (2002), obrigando o Estado a reconhecer, delimitar e titular a terra. A Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura reconheceu a comunidade após a elaboração de consistente laudo antropológico e levantamento censitário detalhado. Tem base científica e jurídica a identificação quilombola na Marambaia assim como o Reconhecimento Técnico elaborado pelo INCRA/RJ. **Os quilombolas da Marambaia não “dizem ter direito”, com afirma a matéria preconceituosa d’O Globo, eles têm direito, este baseado em conceitos contemporâneos, sentimentos de pertencimento e memória, e pela Constituição.**

Ainda que a maioria da comunidade atual tenha nascido e crescido com o MEDO reinando entre as restrições de direitos, a desagregação cultural e as intrigas internas provocadas pelas ações, costumes e repressão militares, ela resistiu. Manteve a rede de parentesco, a memória e modos comuns de vida e trabalho. A força do grupo busca atualizar suas identidades.

O INCRA/RJ reconheceu a comunidade e a identificou como quilombola. Mas não consegue completar seu trabalho técnico porque a decisão está com a superpoderosa Casa Civil, respaldando o desejo de perpetuação dos privilégios da Marinha do Brasil, com quem os quilombolas aceitam conviver, mas de forma independente e com regras claras de organização e ocupação do espaço. Esta é a luta judicial e política dos quilombolas da Ilha da Marambaia, uma negociação desigual. De um lado a Casa Civil, apoiando os militares, e do outro a vulnerabilidade do povo da Marambaia. Que vença a força da justiça!

** Fernanda Carneiro é co-autora com Cristina Agostinho do livro Nativos e Biribandos – Memória de Trancoso (Petrobras, 2005) e autora da publicação (no prelo) EXISTIMOS – Quilombolas da Marambaia: Há mais de 100 anos preservando a ilha (FASE, 2007)*